

## **ATA DA 433ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – ELETROS**

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de dezembro de 2021, às 09h:45 min ocorreu a reunião do Conselho Fiscal da Eletros, por meio do link de videoconferência da plataforma ZOOM, devido à pandemia do COVID 19, que se realizaria na sede da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, situada na Rua Uruguaiana, nº 174 - 5º, 6º e 7º andares, inscrita no CNPJ sob o nº 34.268.789/0001-88, Centro, nesta cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com a participação dos Conselheiros Fiscais Efetivos, Ailton Andrade, Presidente, João Vicente Amato Torres, Elizabeth Teixeira Miliante Ribeiro e Alessandra Lemos. Compareceram também os Conselheiros Suplentes Dan Abensur Gandelman e William Manoel Souza Tendo sido verificado e superado o *quórum* mínimo previsto no art. 45, § 2º do Estatuto da Eletros, a reunião do Conselho Fiscal da Eletros – CFE teve início para tratar dos itens a seguir:

**1) Informes Administrativos da secretaria do CFE** – Não houve nenhum informe por parte da secretária da reunião.

**2) Principais Destaques da Diretoria** – Estiveram presentes o Presidente da Eletros e o Diretor Financeiro.

**2.1) Avaliação do retorno presencial – cenário da pandemia da COVID-19 e**

**2.2) Informes sobre o processo de migração – plano BD** - O Presidente da Eletros informou que não houve nenhuma alteração em relação ao reporte realizado desde a 431ªRCFE, até o momento. Foi perguntado sobre o prazo para realização do recálculo das reservas pós-migração ao que respondeu que o mesmo deve ocorrer entre 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias após o encerramento do prazo de migração, em fevereiro de 2022.

**2.3) Informes sobre a política de investimentos** – O Diretor Financeiro informou que as Políticas de Investimento para o exercício de 2022 dos Planos de Benefícios administrados pela Eletros e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) da Fundação, foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Eletros durante reunião realizada em 17.12.2021, e apresentou os principais destaques aprovados de acordo com o plano, após o que o Presidente da Eletros se retirou.

**2.4) tema livre** – Não houve discussão sobre nenhum tema livre;

**3) Apreciação dos Balancetes de setembro e outubro/2021; e 4) Apreciação dos Relatórios de Acompanhamento Orçamentário setembro e outubro/2021 da Eletros** – Considerando que o Gerente da DFC encontra-se de férias, esteve presente a especialista Ignês Moreira que apresentou os principais destaques relacionados aos resultados de setembro e outubro, bem como apresentou os acompanhamentos orçamentários dos meses em avaliação. No contexto da análise de reversão do PGA, foi solicitado que seja apresentado ao Conselho Fiscal um estudo sobre o impacto da redução das taxas de administração dos Planos, visando avaliar a

Observação: A Ata original assinada está arquivada na Eletros. \_\_\_\_\_



estratégia adotada, bem como demonstrar aderência entre o planejado (estudo prévio que permitiu a redução) e o realizado. Adicionalmente, foi reenfetizada a necessidade de apresentar ao colegiado, o fluxo de ressarcimento à Eletros pelo Eletros-Saúde dos pagamentos realizados e o a realizar, bem como os critérios dos indicadores de solvência do BD utilizados pela área de atuária vis-à-vis os da área contábil. Após a apresentação, a especialista Ignês Moreira se retirou.

**4) Acompanhamento das ações do planejamento estratégico** – Esteve presente de volta o Presidente da Eletros que apresentou o status do planejamento estratégico da Eletros. Anunciou a contratação da empresa que irá elaborar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. Nesse sentido, a Conselheira Elizabeth ponderou a importância dos requisitos de controle e de segurança, em especial na adoção de uma solução integrada para atendimento às regras de negócio, visando eliminar as intervenções manuais durante o processo e consequentemente garantir a qualidade (integridade, confidencialidade e disponibilidade) da informação.

A pauta foi invertida para tratar do item: **7) Informes sobre gestão de Denúncias e PAD's** – Esteve presente o Auditor Interno, André Dias, o qual informou que, como reportado anteriormente, até o momento só houve um registro no canal de denúncia o qual foi julgado improcedente/sem ter sido dado seguimento, pela denúncia apresentar elementos externos à circunscrição da Eletros, o que configura a falta de materialidade da denúncia. O auditor André informou que ele realizou a análise formalmente da denúncia ocorrida e apresentou a conclusão ao Presidente do CDE. Considerando a importância do tema, o CFE solicitou ao Auditor Interno que trimestralmente (trimestre civil) seja reportado ao CFE, por meio de relatório, as ocorrências identificadas pela sua natureza, a classificação dada (procedente/improcedente) e, no caso das procedentes, a indicação do tratamento dado, contemplando, também, as ocorrências encerradas com a indicação do seu resultado. O relatório deverá contemplar as ocorrências que chegarem à ouvidoria e/ou ao Canal de Denúncias. Excepcionalmente, o primeiro relatório deverá ser apresentado na reunião deste Colegiado no mês de janeiro de 2022. O Auditor André informou que foi aprovada a governança para tratamento das denúncias e vai encaminhar a Proposta da Diretoria Executiva para o CDE (PRO-CDE), conforme solicitado pelo CFE. Relativamente ao escopo dos trabalhos em execução pela AUD, informou sobre a aprovação do Regulamento da Auditoria Interna e da Ouvidoria no CDE; a elaboração da proposta do PAAI/2022 a ser aprovada pelo CDE e a elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI/2021, o qual posteriormente à apresentação ao CDE, será encaminhado para conhecimento do CFE. Por fim, o auditor interno perguntou ao CFE sobre as recomendações contidas ao logo do texto da manifestação do CFE referente ao primeiro semestre de 2021, se a expectativa do CFE seria de ter ações da AUD voltadas para a avaliação/acompanhamento do atendimento às recomendações como por exemplo, ações relacionadas ao *Vesting*, planos de ação para adequação à LGPD, e indicadores relacionados aos Controles Internos; ao que o CFE respondeu que sim e que é importante que não se restrinja à estas questões, mas a todas as demais recomendações contidas no corpo da Manifestação.

Observação: A Ata original assinada está arquivada na Eletros. \_\_\_\_\_



Foram retirados de pauta os itens **5) Informes sobre processos de contratações;** **6) Acompanhamento da implantação das recomendações e pareceres do CFE;** e **8) Acompanhamento das ações de adequação a LGPD,** os quais serão apreciados pelo CFE na reunião de Janeiro/2022.

#### **5) Assuntos Gerais**

- **Acompanhamento das atas dos comitês e do conselho deliberativo** – Não havia Atas para apreciação.

- **Plano de trabalho do CFE – 2022** – O assunto foi introduzido no sentido de que os conselheiros possam trazer suas sugestões e considerações para serem debatidas na próxima reunião.

- **Avaliação sobre curso no IBGC orientado a Conselheiros Fiscais; e - Contratação de auditorias/consultorias para apoio ao CFE** – Relativamente a estes dois temas a Conselheira Elizabeth esclareceu que a ideia seria avaliar a inclusão em orçamento de verba específica para estes dois temas. Considerando que o orçamento para 2022 já foi aprovado pelo CDE o CFE irá discutir internamente os aspectos relacionados aos assuntos e posteriormente será dado encaminhamento às questões.

#### **- Tema livre**

Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal deu por encerrada a reunião e solicitou a mim, Rita de Cássia Análio Ribeiro que secretariei a reunião, que lavrasse a presente Ata, a qual lida e aprovada, é assinada pelos Conselheiros Fiscais presentes à reunião.

#### **Ailton Andrade**

Presidente do Conselho Fiscal

#### **Alessandra Lemos**

#### **Elizabeth Teixeira Miliente Ribeiro**

#### **João Vicente Amato Torres**

#### **Rita de Cássia Análio Ribeiro**

Analista - Gerência Jurídica e de Governança - PRJ

Observação: A Ata original assinada está arquivada na Eletros. \_\_\_\_\_

